

EXTRATIVISMO

Seringueiros pedem a Lutzenberger criação de áreas especiais na Amazônia

por Rosemeiry Tardivo de Curitiba

O Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) vão entregar ao secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, proposta para criação de um programa nacional de reservas extrativistas — áreas de produção e conservação da floresta, destinadas exclusivamente às populações nativas e com proteção legal especial. No encontro entre os representantes destas duas entidades e o secretário — que será realizado amanhã, às 15 horas, em Brasília — serão tratados, também, outros pontos considerados fundamentais para efetiva implantação das reservas: a urgente regulamentação das quatro unidades já existentes por parte do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e redirecionamento, para as reservas, de parte dos recursos da Tormb (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha).

“Queremos ainda que o governo assuma a proteção aos líderes das populações florestais, tais como Osmarino Amâncio, legítimo substituto do Chico Mendes; o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Julio Barbosa; e o agrônomo Gumercindo Rodrigues”, informou, em Curitiba, a presidente do IEA, antropóloga Mary Helena Allegretti. Segundo ela, apesar da criação de dez assentamentos e mais quatro reservas extrativistas, e apesar de estas iniciativas serem festejadas em todo mundo, a real situação, na Amazônia, continua inalterada. “Nada ainda se fez de concreto para beneficiar as populações da floresta nem para diminuir os violentos conflitos na região”, afirmou.

A idéia de criar reservas extrativistas surgiu entre os seringueiros, que pretendiam transformar esses territórios em áreas de proteção especial, como as reservas indígenas, a fim de que pudessem prosseguir vivendo com recursos da floresta mas em melhores condições de vida. O IEA e outras entidades ambientalistas combinaram esta idéia com propostas de proteção ambiental, dando bases técnicas e universalizando o conceito.

O primeiro resultado prático foi a inclusão, dentro do projeto de reforma agrária do governo Sarney, de dez áreas, denominadas Projetos de Assentamentos Extrativistas, envolvendo

Regulamentação das reservas

por Rosemeiry Tardivo de Curitiba

A regulamentação efetiva das reservas extrativistas, por parte do Ibama é considerada questão primordial para o futuro das unidades já criadas. A presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, Mary Helena Allegretti, conta que depois da criação das quatro primeiras reservas e particularmente a de Chico Mendes (em março deste ano), os conflitos na região acirraram-se fortemente. “Os fazendeiros negam-se a reconhecer a legalidade das reservas”, explicou.

O Ibama, conforme disse, precisa urgentemente verificar a titulação das propriedades incluídas nas áreas reservas, executar as desapropriações ne-

cessárias e, finalmente, dar concessão de uso aos extrativistas nativos. “Além disso, queremos que o presidente Fernando Collor de Mello vá pessoalmente à região para confirmar aos fazendeiros e outros grandes proprietários o aspecto legal das reservas”, informou Allegretti.

Enquanto existir dúvidas quando a esse aspecto as comunidades, principalmente seus líderes, prosseguem sofrendo sérias ameaças. O diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio, já teve que se retirar de sua área de atuação Brasília, dentro da reserva Chico Mendes.

O presidente da entidade, Julio Barbosa e o ex-assessor de Chico Mendes, Gumercindo Rodrigues sofrem ameaças abertamente.

889,5 mil hectares e beneficiando 2.924 famílias (cinco áreas no Acre, três no Amapá e duas no Amazonas). Mas a criação destes assentamentos foi paralisada quando a reforma agrária perdeu prioridade.

Em julho de 1989, porém, a Lei nº 7.804, que alterou a política de meio ambiente no País, trouxe, pela primeira vez, o conceito “reserva extrativista como espaço territorial a ser especialmente protegido”. Em janeiro de 1989, o presidente Sarney assinou o Decreto nº 98.987, definindo a organização das reservas “como unidades de produção e conservação das florestas” e não apenas de regulamentação fundiária, como previa os projetos de assentamento.

Por determinação deste decreto, as áreas pertencem à União e as populações recebem concessões de uso mediante plano de manejo dos recursos naturais existentes. A concessão é por trinta anos, podendo ser renovável de acordo com os interesses da União e das populações. Além disso, a diferença entre os projetos de assentamento e as reservas extrativistas propriamente ditas é que, para aquelas, a regulamentação fundiária tem que ser feita antes da criação. Para a segunda, a regulamentação é feita depois de ter sido criada a área.

Com base neste decreto foram criadas, no final do governo Sarney, quatro reservas — duas no Acre (Alto Juruá e Chico Mendes), uma no Amapá (a do Rio Cajari) e uma em Rondônia (do Rio Ouro Preto), ocupando um total de 2.162.989 hectares e beneficiando 6.250 famílias. A

proposta que o IEA e o CNS entregam amanhã para o Secretário Lutzenberger prevê a destinação de mais 25 milhões de hectares para reservas, no período de 1990 a 1994. Isto significa, conforme informou a presidente do IEA, um espaço de 250 mil quilômetros quadrados, ou 24% dos 900 mil quilômetros quadrados com potencial para exploração sustentável existentes dentro da Amazônia clássica (que envolve os estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima).

A maioria das reservas (já criadas ou planejadas) é explorada por seringueiros e castanheiros. O que se pretende, segundo explicou Mary, é que ocorram mudanças no sistema de comercialização dos produtos, retirando as populações de regime de escravidão por dívidas (junto às empresas de comércio regionais). “A idéia é de que evoluam para cooperativas”, informou.

Atualmente, na reserva Chico Mendes, no Acre, já existe a Cooperativa de Xapuri, criada por famílias de extrativistas dos municípios do Rio Branco, Xapuri, Brasília, Assis Brasil e Serra Madureira. Esta cooperativa já vem, inclusive, praticando a segunda proposta econômica para a reserva, que é de agregar valores aos seus produtos. “Eles estão beneficiando e secando a castanha e já vendendo diretamente no mercado externo”, disse Mary.

A identificação de novos produtos (para aproveitamento em indústrias alimentícias, farmacológicas e de cosméticos) é outro ponto a ser desenvolvido pelo Programa Nacional de

Reservas Extrativistas. Além destes está também a questão da borracha, considerada fundamental para a garantia de sobrevivência das reservas a curto prazo.

Mary observa que o Brasil consome 113 mil toneladas de borracha natural por ano, das quais 73% importadas e 27% nacionais. Da nacional, a maior parte ainda provém da Amazônia, já que os seringueiros implantados ainda não estão em fase de exploração econômica.

“Ocorre que o preço da borracha nativa é muito mais alto que o da importada, porque as árvores são espalhadas. Com baixa produtividade e alto custo de obtenção do produto”, explicou.

O Brasil mantém, desde a época da Segunda Grande Guerra, uma política de proteção à borracha nacional mediante a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha — que equaliza o preço do produto nativo ao do importado. Em 1989, conforme a presidente do IEA, o Brasil arrecadou US\$ 53 milhões com esta taxa. “Mas estes recursos são direcionados aos exploradores nativos do Ibama e para créditos para seringueiros de cultivo”, disse Mary.

O IEA e o CNS acham que com parte desta arrecadação será possível, ao governo, implementar a parte social das reservas, ou seja, modernizar suas estruturas de proteção, criar escolas, equipamentos para saúde, transportes. “Enfim iniciar o processo para retirar as populações do total estado de miséria em que se encontram”, disse a presidente do IEA.